

Sindicato cobra da CSN participação em apuração de acidente

CSN não se manifesta sobre pedido, segundo a entidade comandada por Odair Mariano

Por Redação

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense, Odair Mariano, informou à imprensa que encaminhou um ofício à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para participar das apurações sobre as causas do acidente que levou à morte um operário da CBSI (Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura), terceirizada da empresa. O acidente ocorreu no último dia 8 e dois dias depois, no sábado, dia 10, o empregado morreu no Hospital Santa Cecília. Magno Rodrigo Vieira de Almeida, de 45 anos sofreu o acidente no setor de de sinterização.

No documento enviado à empresa, o sindicato reforça a importância da transparência e da presença de representantes do sindicato na investigação. A intenção, segundo o sindicato, é "garantir que todas as circunstâncias sejam devidamente esclarecidas e que medidas preventivas sejam adotadas para evitar novos episódios".

Segundo Odair, a atuação sindical nesse tipo de situação é fundamental para assegurar que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e que a segurança no ambiente de trabalho seja tratada como prioridade. O presidente destacou ainda que o acompanhamento direto da apuração permitirá ao sindicato contribuir com informações e experiências práticas relacionadas às condições de trabalho na usina.

A CSN ainda não se manifestou oficialmente sobre o pedido do sindicato. "O acidente reabriu o debate sobre segurança laboral na indústria siderúrgica da região, tema que há anos mobiliza entidades representativas e autoridades locais", afirma o Sindicato dos Metalúrgicos, que fez o pronunciamento sobre o caso somente no sábado, dia 10, quando o operário da CBSI morreu.



CSN registra novo acidente fatal e sindicato pede rigor em apuração do caso

reu. Detalhe: a manifestação foi feita por meio de redes sociais, e no dia do acidente, a entidade não se pronunciou, assim como a direção do Sindicato da Construção Civil.

MPT ação

O Ministério Públíco do Trabalho também foi açãoado por causa do acidente. O Movimento VR Abandonada pediu a instauração de um inquérito civil para apurar as condições de saúde e segurança do trabalho na Usina Presidente Vargas. Em postagem feita nas redes sociais, o "VR Abandonada" informa que a finalidade da representação é básica: apuração técnica, dados, transparência e prevenção.

"O que motivou a representação? Um padrão que aparece em fontes públicas e em estudos: acidentes graves e fatais se repetem ao longo dos anos, em setores de alto risco (aciaria, sinterização, alto-forno, zincagem, manuten-

ção, logística interna). E, com frequência, surgem casos envolvendo empresas terceirizadas — justamente nas tarefas mais perigosas. Não estamos dizendo "culpado X". Estamos dizendo: há indícios suficientes para investigação oficial", afirma o movimento, em postagem feita na página do movimento nas redes sociais.

CBSI manifesta solidariedade

A CBSI divulgou nota, no sábado, manifestando solidariedade aos familiares e explicando que está prestando o suporte necessário aos familiares. "A empresa continua apurando as causas do ocorrido", diz a nota, emitida no sábado, dia 10. Na quinta (08), a empresa manteve silêncio até quase o final da noite e somente, por volta das 22 horas, falou oficialmente. A íntegra da nota:

"A CBSI informa que, lamen-

tavelmente, um de seus colaboradores sofreu um acidente na UPV, na tarde desta quinta-feira, 08 de janeiro de 2026. Ele foi prontamente socorrido e levado ao Hospital Santa Cecília, onde permanece internado recebendo os devidos cuidados médicos. A empresa está em contato próximo com a equipe médica e com os familiares do colaborador, prestando todo o suporte necessário neste momento. Paralelamente, segue apurando as causas do ocorrido".

Sindicatos se pronunciam em redes

As direções dos sindicatos dos Metalúrgicos e da Construção Civil lamentaram, por meio de notas, a morte do funcionário. "O nosso sindicato segue acompanhando a apuração dos fatos junto à empresa", disse a nota da Construção Civil. O Sindicato dos Metalúrgicos publicou nota com o mesmo teor.

INPC: Aposentadorias, pensões e auxílios do INSS têm reajuste de até 3,90%

O governo federal divulgou, no DOU (Diário Oficial da União) desta segunda-feira (12), a tabela oficial de reajuste dos benefícios pagos pelo INSS. Aposentadorias, pensões e auxílios são reajustados em 3,90%. A correção foi calculada com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 2025.

Este reajuste cheio, no entanto, não será aplicado a todos os beneficiários. A correção vai variar mês a mês para quem começou a receber aposentadoria ou pensão a partir de fevereiro do ano passado. Quem se aposentou em dezembro do ano passado, por exemplo, terá 0,21% de reajuste.

Para os beneficiários que recebiam o salário mínimo de R\$ 1.518 no ano passado, a renda

sobe para R\$ 1.621, independentemente da data em que a concessão do benefício ocorreu.

A portaria confirmou ainda o novo teto do INSS, também corrigido pelo INPC. Em 2025, o valor máximo pago em benefícios previdenciários passa de R\$ 8.157,41 para R\$ 8.475,55.

O reajuste obedece a lei 8.213, de 1991, que estabelece que o valor dos benefícios pagos pelo INSS será reajustado, anualmente, com base no INPC acumulado de janeiro a dezembro do ano anterior, que mede o impacto da variação de preços para as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

Os novos valores corrigidos pelo salário mínimo serão depositados a partir de 26 de janeiro para quem recebe o piso. Os pa-



Correção do INSS foi calculada com base no INPC

gements de benefícios acima do salário mínimo começam a ser feitos a partir de 2 de fevereiro. Para saber a data, basta ver o número final do cartão de benefício, sem considerar o último dígito

que aparece depois do traço.

O extrato de pagamento com os novos valores da aposentadoria ou da pensão estará disponível em breve no Meu INSS ou no telefone 135.

Ao calcular quanto receberá por mês na conta, aposentados e pensionistas devem considerar que os valores reajustados também podem ter descontos do IR (Imposto de Renda) se ficarem acima do limite de isenção. Aposentados e pensionistas a partir de 65 anos têm direito a uma cota extra de isenção e, por isso, pagam menos imposto.

Para o BPC (Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social), destinado a idosos e a pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza, a portaria determinou que a renda mensal será R\$ 1.621.

Por Júlia Galvão e Ana Paula Branco - Folhapress